

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias**

**Itumbiara Transmissora de Energia
S.A.**

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Itumbiara Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 18 de março de 2019.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	34.595	33.499
Concessionárias e permissionárias	8	23.986	3.390
Contas a receber – partes relacionadas		2.305	20.475
Estoques		816	329
Adiantamento a fornecedores		1.041	1.040
Impostos a recuperar		984	974
Outros ativos circulantes		1.802	2.302
		<u>65.529</u>	<u>62.009</u>
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes		2.167	1.673
Imobilizado não vinculados à concessão		4.512	3.660
Imobilizado	9	612.275	601.887
Intangível	10	7.550	7.539
		<u>626.504</u>	<u>614.759</u>
		<u>692.033</u>	<u>676.768</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		3.268	759
Fornecedores - partes relacionadas	23	1.010	988
Empréstimos - partes relacionadas	11	87.893	75.366
Tributos e contribuições sociais	12	25.319	24.248
Taxas regulamentares	13	9.437	9.635
Dividendos propostos	15	539	5.079
Outros passivos circulantes		5.989	4.676
		133.455	120.751
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	11	87.667	149.416
Outras provisões - compensação ambiental		1.259	584
Provisão para contingências	14	-	168
Outros passivos não circulantes		5.268	4.922
		94.194	155.090
Patrimônio líquido	15		
Capital social		402.460	373.710
Reserva legal		15.964	13.130
Reserva de lucros		255.285	246.972
Prejuízos acumulados		(209.325)	(232.885)
		464.384	400.927
		692.033	676.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	16	202.861	177.394
Custo da operação	17	<u>(41.013)</u>	<u>(42.000)</u>
Lucro bruto		161.848	135.394
Despesas gerais e administrativas	18	(12.602)	(15.516)
Outras receitas operacionais	20	<u>9.676</u>	<u>7.218</u>
Lucro antes do resultado financeiro		158.922	127.096
Resultado financeiro	21	<u>(48.312)</u>	<u>(14.735)</u>
Receita financeira		42.293	36.348
Despesa financeira		(90.605)	(51.083)
Resultado antes dos impostos		<u>110.610</u>	<u>112.361</u>
Imposto de renda e contribuição social		(30.364)	(14.332)
Lucro líquido do exercício		<u>80.246</u>	<u>98.029</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	80.246	98.029
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>80.246</u>	<u>98.029</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	373.710	7.927	149.107	(226.858)	303.886
Lucro líquido do exercício	-	-	-	98.029	98.029
Reserva legal	-	5.203	-	(5.203)	-
Reserva de lucro	-	-	97.865	(97.865)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(988)	(988)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	373.710	13.130	246.972	(232.885)	400.927
Aumento de capital	28.750	-	-	-	28.750
Lucro líquido do exercício	-	-	-	80.246	80.246
Constituição de reserva de legal	-	2.834	-	(2.834)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	53.313	(53.313)	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Dividendos propostos	-	-	-	(539)	(539)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	402.460	15.964	255.285	(209.325)	464.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro do exercício antes dos impostos	110.610	112.361
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros e variações cambial sobre empréstimos	49.446	16.845
Depreciação e amortização	23.282	23.576
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(587)	603
Provisão para contingências	(168)	-
Outras provisões	344	428
Outras provisões - compensação ambiental	675	52
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(2.924)	5.225
Contas a receber - partes relacionadas	1.085	-
Estoques	(487)	544
Impostos a recuperar	6.338	953
Adiantamentos a fornecedores	(1)	1.174
Outros ativos	6	(3.538)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	2.531	1.566
Tributos e contribuições sociais	(7.726)	2.753
Taxas regulamentares	(198)	1.057
Outros passivos	1.313	391
Juros pagos	(11.617)	(12.297)
Impostos pagos	(27.915)	(28.685)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	144.007	123.008
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(45.507)	(4.242)
Baixa de imobilizado e intangível	10.975	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(34.532)	(4.242)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	28.750	-
Empréstimos pagos	(87.050)	(111.881)
Dividendos pagos	(50.079)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(108.379)	(111.881)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.096	6.885
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33.499	26.613
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.595	33.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporã, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006.

No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão ANEEL nº 001/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- (i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso.
- (ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás.
- (iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Pela linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso.
- (v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$98.747 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 221.163 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 242.383 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 25 de abril de 2019.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 9 - Imobilizado e 10 - Intangível.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizado e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11. Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados pelo CPC, que passarão a vigorar a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada da retrospectiva e optará por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras com a adoção do CPC 06 (R2).

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		65.529	216.597	282.126	62.009	187.975	249.984
Caixa e equivalentes de caixa		34.595	-	34.595	33.499	-	33.499
Concessionárias e permissionárias		23.986	-	23.986	20.475	-	20.475
Contas a receber - partes relacionadas		2.305	-	2.305	3.390	-	3.390
Adiantamentos a fornecedores		1.041	-	1.041	1.040	-	1.040
Impostos a recuperar		984	-	984	974	-	974
Estoques		816	-	816	329	-	329
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	-	187.975	187.975
Ativo de concessão (contratual)	a	-	216.597	216.597	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.802	-	1.802	2.302	-	2.302
Ativo não circulante		626.505	64.650	691.155	614.759	165.966	780.725
Ativo de concessão (financeiro)	a	-	-	-	-	774.451	774.451
Ativo de concessão (contratual)	a	-	683.395	683.395	-	-	-
Outros ativos não circulantes		2.167	-	2.167	1.673	-	1.673
Imobilizado não vinculado à concessão		4.512	-	4.512	3.660	-	3.660
Imobilizado	b	612.275	(611.601)	674	601.887	(601.524)	363
Intangível	b	7.550	(7.144)	406	7.539	(6.961)	578
		692.033	281.247	973.280	676.768	353.941	1.030.709

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	133.455	-	133.455	120.751	-	120.751
Fornecedores terceiros	3.268	-	3.268	759	-	759
Fornecedores partes relacionadas	1.010	-	1.010	988	-	988
Empréstimos partes relacionadas	87.893	-	87.893	75.366	-	75.366
Tributos e contribuições sociais	25.319	-	25.319	24.248	-	24.248
Taxas regulamentares	9.437	-	9.437	9.635	-	9.635
Dividendos propostos	539	-	539	5.079	-	5.079
Outros passivos circulantes	5.989	-	5.989	4.676	-	4.676
Passivo não circulante	94.193	108.782	202.974	155.090	121.056	276.146
Empréstimos partes relacionadas	87.667	-	87.667	149.416	-	149.416
Outras provisões - compensação ambiental	1.259	-	1.259	584	-	584
Provisão para contingências	-	-	-	168	-	168
Tributos Diferidos	-	108.782	108.782	-	121.056	121.056
Outros passivos não circulantes	5.266	-	5.266	4.922	-	4.922
Patrimônio líquido	464.385	172.466	636.851	400.927	232.885	633.812
Capital social	402.460	-	402.460	373.710	-	373.710
Reserva de lucros	255.286	(36.859)	218.427	246.972	-	246.972
Reserva legal	15.964	-	15.964	13.130	-	13.130
Prejuízo acumulado	(209.325)	209.325	-	(232.885)	232.885	-
	692.033	281.248	973.280	676.768	353.941	1.030.709

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2018			31/12/2017			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Receita operacional líquida	d	202.861	(17.185)	185.676	177.394	(5.726)	171.668
Custo da operação	e	(41.013)	339	(40.674)	(42.000)	19.963	(22.037)
Lucro bruto		<u>161.848</u>	<u>(16.846)</u>	<u>145.002</u>	<u>135.394</u>	<u>14.237</u>	<u>149.631</u>
Despesas gerais e administrativas		(12.602)	-	(12.602)	(15.516)	-	(15.516)
Outras (despesas)/receitas operacionais		9.676	-	9.676	7.218	-	7.218
Lucro antes do resultado financeiro		<u>158.922</u>	<u>(16.846)</u>	<u>142.076</u>	<u>127.096</u>	<u>14.237</u>	<u>141.333</u>
Resultado financeiro		<u>(48.312)</u>	-	<u>(48.312)</u>	<u>(14.735)</u>	-	<u>(14.735)</u>
Receita financeira		42.293	-	42.293	36.348	-	36.348
Despesa financeira		(90.605)	-	(90.605)	(51.083)	-	(51.083)
Resultado antes dos impostos		<u>110.610</u>	<u>(16.846)</u>	<u>93.764</u>	<u>112.361</u>	<u>14.237</u>	<u>126.598</u>
Imposto de renda e contribuição social	c	(30.364)	(6.714)	(37.077)	(14.332)	(8.209)	(22.541)
Lucro líquido do exercício		<u>80.246</u>	<u>(23.560)</u>	<u>56.687</u>	<u>98.029</u>	<u>6.028</u>	<u>104.057</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	1	-
Bancos	14.203	743
Aplicações financeiras	20.391	32.756
	<u>34.595</u>	<u>33.499</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs. que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	21.791	21.426
Vencidas até 30 dias	234	180
Vencidas até 60 dias	149	5
Vencidas até 90 dias	18	7
Vencidas até 120 dias	35	35
Vencidas até 180 dias	87	87
Vencidas há mais de 180 dias	3.250	900
	<u>25.564</u>	<u>22.640</u>
(-) PCLD	(1.578)	(2.165)
	<u>23.986</u>	<u>20.475</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 1º de janeiro	(2.165)	(1.562)
Complemento de provisão	587	(603)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.578)</u>	<u>(2.165)</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	759.589	-	(1.331)	355	758.613	(975)	(258.059)	500.553	523.649
Terrenos	510	-	-	-	510	-	-	510	510
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.524	-	-	-	10.524	-	(4.554)	5.970	6.379
Máquinas e equipamentos	746.919	-	(1.331)	355	745.943	(975)	(252.151)	493.792	516.300
Veículos	1.417	-	-	-	1.417	-	(1.182)	235	400
Móveis e utensílios	219	-	-	-	219	-	(172)	46	60
Administração	1.157	-	-	13	1.170	13	(752)	418	315
Máquinas e equipamentos	588	-	-	13	601	13	(397)	204	268
Veículos	516	-	-	-	516	-	(329)	187	16
Móveis e utensílios	53	-	-	-	53	-	(26)	27	31
	760.746		(1.331)	(368)	759.783	(962)	(258.810)	501.972	523.964
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	77.875	42.877	(9.355)	(349)	111.048	33.172	-	111.048	77.875
Máquinas e equipamentos	126	789	(195)	322	1.043	916	-	1.043	126
Outros	77.749	42.088	(9.161)	(671)	110.005	32.256	-	110.005	77.749
Administração	48	232	(6)	(19)	255	207	-	255	48
Máquinas e equipamentos	43	65	(6)	(19)	83	40	-	83	43
Outros	5	167	-	-	172	167	-	172	5
	77.923	43.109	(9.362)	(368)	111.303	33.379	-	111.303	77.923
Ativo imobilizado	838.669	43.109	(10.691)	-	871.086	33.417	(258.810)	612.275	601.887

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	5,27%	758.613	(258.059)	500.554	523.649
Administração	10,87%	1.170	(752)	418	315
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	6.146	(1.634)	4.512	3.660
		765.929	(260.444)	505.485	527.624

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

9.3. Principais adições do ativo imobilizado em curso 2018

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Edificações e benfeitorias	50
Máquinas e equipamentos	854
Veículos	392
A Ratear	27
Desenvolvimento de projetos	28.809
Adiantamentos a fornecedores	12.977
	43.109

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2018

Descrição do bem	Grupo	Valor
ANTENA EASYLINE,7GHZ, 31DBI,0,6M,DUPLA POLARIZACAO,GUIA DE ONDA FLEXIVEL 7-8 GHZ-0,9M,TRANSICAO-SECAO CONICA 84/70 PDR/URD 0,10M,CENTELHADOR COAXIAL NF/NF,CABO COAXIAL RGC/DLC-213,CONECTOR TIPO N MACHO PARA DLC 213	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	21
SERVICO DE INSTALACAO DE ENLACE DE RADIO ECLIPSE IDU GE3 16X,ECLIPSE ODU 600SP,16E1,MHSB,7GHZ,TX LOW,ECLIPSE ODU 600 SP,16E1,MHSB,7GHZ,TX HIGH	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	24
TERMINAL PRE ISOL ILHOS,ILHOS DUPLO PRE-ISOLADO, TERMINAL PRE-ISOL PINO, TERMINAL PRE ISOL GARFO, TERMINAL PRE ISOL ANEL, CHAVE AFERICAO DE EMBUTIR, RELE RAPIDO 125VDC 4CO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	49
BINOCULO CANON 10X30 IS ESTABILIZADOR DE IMAGEM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5
REP CELULAR 850-85DB 3W,ANTENA YAGI, ANTENA PAINEL,CABO RGC213, CONECTORES N MACHO PARA CABO RGC213,SERVICO DE INSTALACAO DE REPETIDOR DE CE	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	7
TELEFONE DE LONGO ALCANCE SEM FIO DURAFON ENGENIUS 1X	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	33
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480 (CORE I5-7300U,RAM 4GB,SSD 256GB,DELL WIFI 1820 XOM BLUETOOTH,DISPLAY HD,BAT 4CEL,OFFICE PRO 2016,WIN 10 PRO, KIT COMPOSTO POR TECLADO ALFANUMERICO E MOUSE (INDICADOR) WIRELESS DELL KM636 EAN CODE 5397063710	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	6
TRANSFORMADOR POTENCIAL BDE FT15 13800 R3 115 R3V OC ITE 040/2017-1,TRANSFORMADOR POTENCIAL BDE FT15 13800 R3 115 R3V OC ITE 040/2017-2, TRANSFORMADOR POTENCIAL BDE FT15 13800 R3 115V OC ITE 040/2017-3	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4
TRANSFORMADOR POTENCIAL BDE FT15 13800 R3 115 R3V OC ITE 040/2017-1,TRANSFORMADOR POTENCIAL BDE FT15 13800 R3 115 R3V OC ITE 040/2017-2, TRANSFORMADOR POTENCIAL BDE FT15 13800 R3 115V OC ITE 040/2017-3	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4
Administração		
MICROCOMPUTADOR XPS 13 9360, KIT KEYBOARD E MOUSE,CABO DE SEGURANCA, REPLICADOR DE PORTAS (DOCA)	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	12
MONITOR 27 polegadas, CABO HDMI	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	1

9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço 2018

Descrição do bem	Grupo	Valor
DISJUNTOR, FABRICANTE ABB, MODELO HPL 550 TB2, TRIPOLAR, TENSÃO 550KV, CORRENTE 3150A, CAPACIDADE 40KA, CÓDIGO DE OPERAÇÃO 9018, NÚMERO DE SÉRIE 1HSB 0541013	TRANSMISSÃO - REDE BÁSICA - IMOBILIZADO EM SERVIÇO - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	486
PÁRA-RAIOS, FABRICANTE SIEMENS, MODELO 3EL2 198 2PJ32 4NZ1, TENSÃO NOMINAL 198KV, CORRENTE DE INTERRUPÇÃO 65KA, CÓDIGO DE OPERAÇÃO 6PR9AT1	TRANSMISSÃO - REDE BÁSICA - IMOBILIZADO EM SERVIÇO - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	13
TRANSFORMADOR DE CORRENTE, FABRICANTE AREVA, MODELO CTH 550, MONOFÁSICO, TENSÃO 550KV, CÓDIGO DE OPERAÇÃO 9TC9018, NÚMERO DE SÉRIE 05.6100 06	TRANSMISSÃO - REDE BÁSICA - IMOBILIZADO EM SERVIÇO - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	186
TRANSFORMADOR DE CORRENTE, FABRICANTE AREVA, MODELO CTH 550, MONOFÁSICO, TENSÃO 550KV, CÓDIGO DE OPERAÇÃO 9TC9118, NÚMERO DE SÉRIE 05.6100 01	TRANSMISSÃO - REDE BÁSICA - IMOBILIZADO EM SERVIÇO - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	186

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2017	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2018	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	6.999	-	-	101	7.100	101	(46)	7.054	6.962
Servidões	6.962	-	-	-	6.962	-	-	6.962	6.962
Softwares	37	-	-	101	138	101	(46)	92	-
Administração	1.049	-	-	-	1.049	-	(699)	350	549
Softwares	1.049	-	-	-	1.049	-	(699)	350	549
	8.048	-	-	101	8.149	101	(745)	7.404	7.511
Ativo intangível em curso									
Transmissão	-	90	-	-	90	90	-	-	-
Softwares	-	90	-	-	90	90	-	-	-
Administração	28	132	(4)	(101)	56	35	-	-	-
Softwares	28	127	-	(101)	55	26	-	-	-
Outros	-	5	(4)	-	1	9	-	-	-
	28	222	(4)	(101)	146	125	-	-	-
Ativo Intangível	8.076	222	(4)	-	8.295	226	-	-	-

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017
		Valor bruto	amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Transmissão	10,00%	7.100	(46)	7.054
Administração	20,00%	1.049	(699)	350
		8.149	(745)	7.404
				7.511

Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

10.3. Principais adições do ativo intangível em serviço em 2018

Intangível - Transmissão		
ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMATICA	SOFTWARE	61
SERVICOS DE SUPORTE DE SISTEMAS DE INFORMATICA	SOFTWARE	20
SERVICOS DE SUPORTE DE SISTEMAS DE INFORMATICA	SOFTWARE	20

10.4. Principais baixas do intangível em serviço em 2018

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11. Financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2018	2017
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2020	Semestral	20/06/2019	Semestral	SAC	N/A	Libor + 2,65% a.a	175.560	224.781
									175.560	224.781
Circulante									87.893	75.366
Não circulante									87.667	149.416
									175.560	224.782

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Em 23 de dezembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,65% a.a. no montante de USD135.750, correspondente a R\$361.774 com pagamentos de principal e juros em 11 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 24/09/2020.

No ano de 2017, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

No ano de 2018, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2020	<u>87.667</u>
	<u>87.667</u>

12. Tributos e contribuições sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	15.381	14.924
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	5.080	5.016
Programa de Integração Social (PIS)	316	210
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.455	971
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	831
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	-	1.625
Outros	3.087	671
	<u>25.319</u>	<u>24.248</u>

13. Taxas regulamentares

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	179	206
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	553	545
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	8.705	8.884
	<u>9.437</u>	<u>9.635</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.791 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 447.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 13 de julho de 2018, através do Despacho 1.578 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2018 a junho de 2019 de R\$ 68.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

(iii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fiscal	-	168
	<u>-</u>	<u>168</u>

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhista	2.834	381
Fiscal	4.935	4.817
	<u>7.769</u>	<u>5.198</u>

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017, subscrito e integralizado era de R\$ 373.710, dividido em 373.710.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 28 de dezembro de 2018 foram subscritas 28.750.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$ 28.750, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 402.460, dividido em 402.460.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2018 e 2017</u>
SGID	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	56.687	104.057
Absorção de Prejuízo	-	-
Reserva legal (5%)	(2.834)	(5.203)
Base de cálculo para os dividendos	<u>53.583</u>	<u>98.854</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>539</u>	<u>988</u>

16. Receita operacional líquida

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional bruta	232.885	204.168
Receita rateio de antecipação	4.441	5.937
Receita de encargos de transmissão	218.371	212.308
Receita de novas obras RBNI	15.993	7.290
Receita RMEL	187	-
Parcela ajuste do ciclo anterior	(10.616)	(14.416)
Indisponibilidade de equipamentos	(1.143)	(6.995)
Outras receitas de operação	-	44
Descontos incidentes na TUST	5.652	-
Deduções da receita operacional	(30.024)	(26.774)
PIS	(3.870)	(3.369)
COFINS	(17.825)	(15.517)
ISS	-	-
P&D	(2.028)	(5.104)
RGR	(5.529)	(2.045)
TFSEE	(772)	(739)
	<u>202.861</u>	<u>177.394</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

17. Custo da operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(13.727)	(13.074)
Administradores	-	-
Material	(510)	(1.696)
Serviços de terceiros	(1.842)	(1.584)
Depreciação	(22.587)	(22.562)
Arrendamentos e aluguéis	-	(124)
Seguros	-	(267)
Tributos	-	(88)
Gastos diversos	(1.761)	(2.605)
Outros	(585)	-
	<u>(41.013)</u>	<u>(42.000)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal	(8.082)	(9.470)
Administradores	(1.669)	(2.035)
Material	(73)	(74)
Serviços de terceiros	(859)	(807)
Arrendamentos e aluguéis	(112)	(115)
Provisão / reversão	587	(603)
Doações	(852)	(937)
Tributos	(31)	(3)
Depreciação e amortização	(108)	(582)
Outras	(1.403)	(890)
	<u>(12.602)</u>	<u>(15.516)</u>

19. Despesas de pessoal

<u>Pessoal - operação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração	(8.445)	(8.174)
Encargos	(3.101)	(2.686)
Benefícios	(2.154)	(1.868)
Outros	(27)	(346)
	<u>(13.727)</u>	<u>(13.074)</u>
<u>Pessoal - administração</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração	(3.977)	(4.471)
Encargos	(1.947)	(2.142)
Benefícios	(662)	(894)
Outros	(1.496)	(3.998)
	<u>(8.082)</u>	<u>(11.505)</u>

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

20. Outras receitas/ (despesas) operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendas da prestação de serviços	17.803	18.817
Outras receitas e rendas	899	36
Tributos sobre a receita	(2.500)	(2.539)
Pessoal	(2.713)	(6.708)
Depreciação	(586)	(431)
Arrendamentos e aluguéis	(686)	
Outros	(1.670)	(1.957)
Perdas na alienação e desativação de bens e direitos	(872)	-
	<u>9.676</u>	<u>7.218</u>

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

21. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras	42.293	36.348
Receitas de aplicações financeiras	2.274	2.784
Variações cambiais ativas (nota explicativa 12)	39.687	32.156
Tributos sobre receitas financeiras	(127)	(205)
Outras receitas financeiras	459	1.613
Despesas financeiras	(90.605)	(51.083)
Variações cambiais passivas (nota explicativa 12)	(78.213)	(37.222)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 12)	(11.214)	(11.779)
Outras despesas financeiras	(1.178)	(2.082)
	<u>(48.312)</u>	<u>(14.735)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2018 e 2017, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	7	34.595	33.499
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Concessionárias e permissionárias	8	23.986	20.475
Contas a receber – partes relacionadas	23	2.305	3.390
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos - partes relacionadas	11	175.560	224.781
Fornecedores terceiros		3.268	759
Fornecedores - partes relacionadas/Contas a pagar	23	1.010	988

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2017. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2018</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos – partes relacionadas	175.560	(7.874)	8.046

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1. Ativo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>2.305</u>	<u>3.390</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	2.304	3.258
Outros	927	132

23.2. Passivo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores / empréstimos - partes relacionadas	<u>176.570</u>	<u>225.769</u>
Aluguel (ii)	6	6
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.004	982
Empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 12)	175.560	224.781

23.3. Resultado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>(2.503)</u>	<u>(16.261)</u>
Despesa aluguel (ii)	(72)	(70)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	8.488	(4.412)
Despesa de juros de empréstimo	(10.919)	(11.779)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Itumbiara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	1.889	2.005
Seguro patrimonial	Risco operacional	325.183	325.183
Veículos	Carros	1.511	178
		328.583	327.366